

Editorial

A Equipe Editorial e a Escola de Direito da Universidade Potiguar (UnP) apresentam à sociedade acadêmica a edição n.º 2, volume 8, da Revista Juris Rationis, cuja publicação reforça o nosso compromisso de contribuir para universalização da pesquisa jurídica.

Não obstante seu objeto tenha como característica a estabilidade e segurança, o Direito constitui campo do saber extremamente dinâmico, cujo debate metodológico permanece deveras ativo, sobretudo diante das novas possibilidades de abordagem interdisciplinar (Direito & Economia, Direito & Neurociência, Direito & Arte etc.), o que exige do nosso periódico o cuidado para estar aberto aos produtos inovadores da investigação científica sobre o fenômeno jurídico.

Assim, verifica-se uma transcendência do debate meramente dogmático nos artigos publicados neste número, o que não significa que tenham seus autores prescindido do método tradicional hermenêutico-normativo. Tratam-se, mais especificamente, das seguintes temáticas:

(i) **PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO ANTE OS NOVOS PARADIGMAS DE UMA SOCIEDADE MUNDIALIZADA: FLEXIBILIZAÇÃO É A SOLUÇÃO?**, de autoria de Ilana Cristina Dantas Gomes, aborda as questões atuais que permeiam os postulados fundamentais do Direito do Trabalho, sobretudo a valorização e dignificação do trabalho humano em meio ao mundo globalizado;

(ii) **A CRIMINALIDADE ALIADA À TECNOLOGIA: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS MEIOS INSUFICIENTES PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO NO CIBERESPAÇO**, de autoria de Erica Máximo e Liliana Rodrigues, considera a evolução e atualidade do meio digital em paralelo com o crescimento do crime cibernético, debatendo as respostas dadas pelo legislador penal;

(iii) **PROTEÇÃO JURÍDICA ESPECIAL DOS CONSUMIDORES HIPERVULNERÁVEIS**, de autoria de Fabrício Germano Alves, retoma o debate contemporâneo da vulnerabilidade cada vez mais acentuada do consumidor em meio à sociedade complexa e de riscos;

(iv) **TRABALHO INFANTIL: EXAMINANDO OS ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E LEGAIS, AVALIANDO ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO DA NORMA**, de autoria de Érica Gondim Moreira, evidencia, desde o título, a interrelação entre os fenômenos jurídico, social e histórico a respeito da temática trabalho infantil, contemplando suas consequências nefastas no impedimento da concretização de direitos fundamentais;

(v) **DIRETRIZES JURÍDICO-AMBIENTAIS PARA OS**

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UM DIREITO À SUSTENTABILIDADE, de autoria de Diego Rocha Fernandes, suscita questão urbana relevante, nomeadamente o problema ambiental do manejo de resíduos sólidos, a fim de se garantir a densificação do direito difuso à sustentabilidade;

(vi) **PRODUÇÃO DE SISTEMAS DE SUPRIMENTO ENERGÉTICO**, de autoria de Mayra Aparecida dos Santos, propõe uma abordagem juseconômica da maximização simultânea da geração de energia elétrica e do respeito aos recursos e equilíbrio ambientais, reduzindo custos de produção associados ao atendimento da legislação ambiental pertinente, na região do semiárido nordestino;

(vii) **PENAS ALTERNATIVAS SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL MÍNIMO**, de autoria de Sebastião Lopes Galvão Neto, encerra este número com a proposta de racionalização do sistema jurídico-punitivo brasileiro, com ênfase para a ampliação da execução de penas alternativas, demandada pela crise carcerária e pelo contexto presente de falência da pena de prisão.

Portanto, convido o leitor a conhecer tão interessantes abordagens para questões jurídico-sociais características da nossa sociedade de riscos, bem como provoco a todos que desejarem contestá-las no sadio debate acadêmico, escrevendo para futuras publicações da Juris Rationis – um periódico de fluxo contínuo aberto às pesquisas sobre o direito em geral – a respeito de assuntos que se relacionem com as linhas editoriais adiante: (i) constituição, cidadania e efetivação de direitos; (ii) democracia e direitos humanos; (iii) pluralismo constitucional, direitos humanos e interculturalidade; (iv) reforma política e direito eleitoral; (v) educação, direito e psicanálise do vínculo social; (vi) constitucionalismo contemporâneo e suas repercussões no sistema brasileiro atual.

Por fim, um agradecimento todos especial, em nome do Corpo Editorial, aos autores relacionados acima e a toda a equipe da Editora da UnP, que contribuíram para o fechamento dessa edição e para o perene desenvolvimento do periódico.

Muito obrigado!

MSc. Fillipe Azevedo Rodrigues
Editor da Revista Juris Rationis